



Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP

RELATÓRIO

Reunião da Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP com o Secretário Executivo da CPLP, Eng.º Domingos Simões Pereira.

Dia: 26 de Outubro de 2011

Local: Instalações do Secretariado Executivo da CPLP, Lisboa

Presentes: Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), Presidente da Delegação; Miguel Coelho (PS), Vice-Presidente da Delegação; Rui Jorge Santos (PS); Pedro do Ó Ramos (PSD); Elza Pais (PS); Mário Simões (PSD) e Mário Ruivo (PS).

Também participaram o Director-Geral da CPLP, Dr. Hélder Vaz, a Chefe de Gabinete, Dra. Ana Maria Neto, os Assessores Jurídicos, Drs. Mário Mendão e Filipe Stock e o coordenador para as acções culturais e de Língua Portuguesa, Dr. Alves Lopes.

Objectivos da reunião solicitada pela Delegação da AR à AP-CPLP:

- Apresentação dos membros da Delegação;
- Salientar a importância que é atribuída ao Secretariado Executivo e restantes órgãos da CPLP;
- Recolha de informação sobre as temáticas e as actividades úteis para o desempenho das funções da Delegação;
- Abertura de canais de diálogo entre a CPLP e a Delegação e reforço dos contactos institucionais e individuais com os seus membros;
- Reflexão sobre a organização, os conteúdos e as conclusões da III AP-CPLP e os mecanismos internos das Comissões Especializadas.

Secretário Executivo:

Agradeceu a visita da nova Delegação que, à semelhança das anteriores, manifestou um sinal do seu interesse e preocupação em relação às matérias que envolvem a Comunidade.

A visita ocorria num momento interessante, tendo em conta a situação de dificuldades que atravessa os países. Pode ser uma oportunidade para a organização, uma vez que as dificuldades não devem conduzir ao esmorecimento do entusiasmo.

Para a CPLP, a Delegação tem permitido que o Secretariado Executivo tenha boa relação com a Assembleia Parlamentar. A proximidade e o relacionamento são desejáveis.

- ❖ Quanto à III AP-CPLP verificaram que o que se tentou construir continuou em Timor-Leste. A distância e a logística embora pudessem ter constituído obstáculos, tal não aconteceu. Ficaram satisfeitos por ver que o elo não se partiu.

Porém, ficaram preocupados porque alguns pontos da agenda abordados em São Tomé e Príncipe (2009) e em Lisboa (2010) sofreram algum retrocesso.

A AP-CPLP em São Tomé tomou conhecimento dos Acordos de Brasília e foi entendido ser matéria para implementar no âmbito da Assembleia Parlamentar.

Quando em Timor-Leste algumas Delegações afirmaram ser prematura a discussão dos temas sobre a circulação de pessoas e o estatuto de cidadão lusófono, pareceu ao Secretariado Executivo, um retrocesso. Já tinham sido assinadas intenções, em Brasília foram criadas expectativas e depois, não se viu concretizada a circulação no espaço CPLP. A não implementação dos objectivos traçados representa má propaganda desses mesmos objectivos. Quer, então, dizer que não há acordo? A ser assim, há que trabalhar. Em privado, é referido que não há condições para a sua implementação.

Afigura-se ao Secretariado Executivo premente a manutenção desses pontos na agenda da CPLP. Embora não sendo da competência deste órgão confrontar os Presidentes dos Parlamentos sobre esta matéria, atendendo à sua importância, torna-se imperioso recordá-lo.

- ❖ A perspectiva de mudança para uma nova sede é encarada como uma mudança qualitativa. O Secretariado Executivo, nas actuais instalações, não passou de gabinetes de trabalho. Lisboa é ponto de passagem obrigatório de políticos, agentes da cultura, etc. A CPLP poderia ser um espaço de diálogo permanente. Nesse sentido, contavam com o apoio da Delegação para o estabelecimento de diálogos francos e correctos com políticos africanos de passagem por Portugal. Sabemos que há um défice de informação nos nossos países – pediremos a incrementação de mecanismos de interacção. Estamos empenhados em criar um Centro de Documentação com vista a atrair estudantes e políticos para efeito de pesquisas, criando oportunidades para servir nos países da CPLP.

- ❖ **Outro aspecto muito importante: o nível de atenção que o Secretariado tem vindo a sentir da parte da sociedade civil dos países da CPLP.**

O primeiro Forum da sociedade civil decorreu, em Setembro do presente ano, no Brasil. Pretende-se que este Forum se torne um espaço de diálogo permanente e de integração das políticas governativas e da sociedade civil da CPLP organizada. As conclusões deste 1º Forum deverão ser presentes à próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a realizar em Maputo, em 2012.

Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP

Neste quadro, o papel da Delegação portuguesa poderia ser o de tentar envolver representantes que abrangem a sociedade civil. Seria este o interessante contributo a prestar pela Delegação.

A questão que se coloca é: como integrar a disciplina da CPLP com a liberdade da sociedade civil?

- ❖ O Secretariado Executivo gostaria de ter um espaço com capacidade de vídeo-conferência, para que os países da CPLP tivessem capacidade de acesso e disponibilidade. Seria um espaço de troca de informação – não passando pelo filtro da comunicação social. Se as oportunidades fossem bem utilizadas poderiam constituir um elemento pouco oneroso.
- ❖ A CPLP tem um programa de saúde, do qual fazem uma avaliação positiva.
- ❖ É importante para a CPLP:
 - a) O desafio do ensino à distância - trata-se de um ganho de escala muito grande com a criação de uma rede.
 - b) Segurança alimentar – o novo Director-Geral da FAO, de nacionalidade brasileira reconheceu o papel da CPLP na eleição e desta forma a importância da organização. Mostrou grande interesse neste tema como importante bandeira do seu mandato. A partir daqui, até Maputo 2012, mobilizar-se-ão todas as estruturas com vista a uma política de segurança alimentar.
- ❖ Já foi dado início ao processo de revisão dos Estatutos da CPLP – verificar, nesta fase de progresso institucional, se os objectivos de desenvolvimento se adequam.
- ❖ O Secretariado Executivo vai ter uma delegação da CPLP em Timor-Leste. Foi acordado com o MNE do Brasil concentrar a atenção na existência de um balcão de entrada CPLP nestes países. Neste aspecto do controlo das entradas, contribuiria de forma muito positiva, a introdução de melhorarias na preparação do pessoal de voo. Cabo Verde e Guiné-Bissau são países que, mesmo sem promulgação, facilitam a circulação de pessoas dos Estados-membros.

Também há um compromisso para a criação de uma célula cultural para facilitar a circulação das entidades e personalidades ligadas à cultura.



Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP

Dr. Hélder Vaz:

A nova visão estratégica é global ao nível de cada sector. **O Plano Estratégico de segurança alimentar** contém uma visão integrada dos sectores. Há novas áreas de desenvolvimento:

- O 1º Fórum da sociedade civil (é uma instância fundamental juntamente com a UCCLA);
- Os acordos de Brasília ratificados por todos os Estados-membros: visto de múltiplas entradas para 7 categorias de classes profissionais;
- Em 2009 apresentaram um modelo para a sua aplicabilidade prática. Os Ministros da Administração Interna e do Interior, em Angola, vão reunir para tratar dos mecanismos de regulamentação;
- Encontra-se em fase de reflexão a projecção da CPLP TV para países terceiros em conjunto.

Quem tem a prerrogativa de credenciar determinada classe profissional em cada Estado-membro devia indicar a entidade vocacionada para proceder à acreditação. Em Portugal esse trabalho ainda não está feito.

Presidente da Delegação, Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD):

Destacou a importância que a Delegação confere à CPLP e aos seus órgãos executivos e a necessidade de recolha de informação sobre temáticas e actividades úteis para o desempenho das suas funções, através da abertura de canais de diálogo.

Esta Delegação permanente tem consciência dos dossiês relativos à CPLP. No que se refere à questão da circulação tem conhecimento de que os cidadãos mais qualificados, por exemplo, engenheiros têm dificuldade de reconhecimento interno nos países da Comunidade, ao contrário do pessoal não qualificado.

A IV reunião da AP-CPLP revestir-se-á da máxima importância se estes temas forem objecto de análise. Neste ponto, assume particular interesse a sua abordagem pelas Comissões especializadas, que os incluirão nas suas agendas. A videoconferência representaria uma eficaz forma de comunicação e contribuiria para promover o salto na qualidade dos dossiês. Após a apreciação em sede de Comissão, os temas seriam apresentados no Plenário da Assembleia Parlamentar.

Em termos de comunicação, salientou, ainda, a necessidade da continuação dos circuitos formais e informais e da participação dos membros da Delegação por ocasião da visita de personalidades da CPLP a Portugal.

Deputado Miguel Coelho (PS):

Era de parecer que a manutenção do relacionamento com a CPLP era desejável. Salientou o papel que os Parlamentos podem desempenhar no domínio do estabelecimento dos planos estratégicos em implementação na CPLP. A questão da APG/DRI



Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP

circulação, abordada pelo Senhor Secretário Executivo representa um grande desafio porque encerra a vertente dos compromissos internacionais *versus* a soberania nacional. Em matéria de credenciação das classes profissionais pelos Estados-membros, era de opinião que os Grupos Parlamentares de Amizade poderiam ser agentes de sensibilização no sentido do cumprimento do estabelecido em 2009.

Deputada Elza Pais (PS):

Realçou a importância do acompanhamento dos programas estratégicos que os Governos assinaram.

Palácio de São Bento em 16 de Janeiro de 2012

O Presidente da Delegação da AR à AP-CPLP

(Adriano Rafael Moreira)